Reorganizar o combate

22/05/2007

O próximo dia 23 de maio não será apenas mais um momento de mobilização nacional da classe trabalhadora na defesa dos seus direitos. Será um momento, também, de reposicionar as lutas dos movimentos sociais do país, e da agenda da CUT, em particular. Reorganizar o combate frente aos ataques que o povo trabalhador vem sofrendo em pelo menos três dimensões: a direita organizada no Congresso Nacional, a grande mídia desonesta e privatista e o setor neoliberal que ainda dá as ordens no Governo Lula.

ou chegando à encruzilhada
Descobrir um caminho e uma nova direção
Onde eu piso vou deixando o que não sou,
Vou para a luta, eu vou
Não paro não, vou para a luta, agora eu vou
Não paro não
(trecho da música Um novo rumo)

Rosane da Silva

Não conseguiremos partir para a ofensiva rumo à conquista de mais direitos se não vencermos estes setores que atravancam nosso caminho.

As mobilizações de rua e paralisações têm sido a tônica da atuação da CUT neste início de ano. Mobilizamos os sindicatos em todas as partes do país no dia 10 de abril e, no dia 23 do mesmo mês, paralisamos categorias em quase todos os estados. No dia 25 foi a vez dos trabalhadores na educação realizarem uma grande marcha em Brasília.
Esse clima de mobilização, construído pela CUT, contagiou os demais movimentos sociais do país. Os atos que ocorrerão no dia 23 de maio estão sendo convocados pelas entidades que compõem a CMS – além da CUT, também a UNE, o MST, a Marcha Mundial das Mulheres e muitos outros.

Combater os setores da direita no Congresso e no Governo
O setor mais conservador e privatista do Congresso Nacional, apesar de ter sofrido uma grande derrota nas eleições presidenciais, tomou um fôlego novo. Ameaça derrubar o veto do presidente Lula à chamada Emenda 3 – que retira direitos básicos da classe trabalhadora e impede a fiscalização das fraudes trabalhistas – e tem sido ofensiva na apresentação de muitos outros projetos de lei que, no mesmo sentido, flexibilizam direitos. Esses mesmos setores, comandados pelo PSDB e pelo DEM (ex-PFL) encaminham muito claramente seus projetos à frente de governos estaduais. No governo gaúcho, temos a Yeda Crucius com a proposta de privatização do Banrisul e, em São Paulo, José Serra com sua ofensividade anti-sindical, por exemplo contra a APEOSP e os metroviários.

Como se não bastasse, o Governo Federal tem apresentado um conjunto de propostas que choca-se frontalmente com a biografia do presidente Lula. Primeiro, veio o PLP 01, que congela o crescimento do serviço público e impede a valorização dos servidores num prazo de 10 anos! Em seguida, anuncia que virá mais uma reforma da previdência com o mesmo enfoque fiscalista da primeira, ou seja, mais um pacote de exclusão do sistema previdenciário. Imediatamente, aponta para a “necessidade” de regulamentar o direito de greve dos servidores públicos que, pelo que está escrito na proposta, irá inviabilizar o direito de paralisação destes trabalhadores. Não sossegados com tudo isso, ainda lançam um pacote de terceirizações no Banco do Brasil, que já teve um importante papel na história do desenvolvimento econômico do nosso país e que tem sido desperdiçado pelo governo.

Para a CUT, é central mudar a política econômica para que haja crescimento econômico e, portanto, mais empregos. Nossa luta é para que estes empregos sejam de qualidade, com direitos garantidos, para que realmente alterem as condições de vida do povo trabalhador. Adianta pouco um Programa de Aceleração do Crescimento que induz o Estado a investir, atraindo os investimentos privados, se as taxas de juros estão nas alturas e a preferência continua sendo dada ao capital financeiro. A visão neoliberal de diminuição do Estado, que fortalece a idéia de que o mercado – o Deus Mercado – se auto-regula está muito presente nos setores do Governo que tomaram as medidas que citamos aqui. Sabemos que, claramente, o ministro Paulo Bernardo e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, são os principais herdeiros do pallocismo – leia-se tucanos, neoliberais – que ainda resistem à mudança de orientação de política econômica e do papel do Estado nesse segundo mandato do presidente Lula. Se não derrotarmos esses setores, teremos poucas chances de alterar positivamente as condições de vida do povo pobre trabalhador, que espera ter emprego decente e serviço público de qualidade.

É nesse momento que a grande mídia faz a sua festa. A Emenda 3, também chamada de Emenda Rede Globo, já sabemos é de sua autoria. Querem mesmo transformar a vida dos trabalhadores brasileiros num verdadeiro dramalhão. Mas, nesse caso, baseado em fatos reais. O PSDB e o DEM têm agido como fiéis defensores não apenas do capital, mas também da poderosa Rede Globo. Ela tem demonstrado, mais uma vez, todo o seu poderio com matérias especiais no Jornal Nacional, Fantástico, Globo Repórter para “explicar” para os telespectadores as “vantagens” da perda de direitos para aumentar empregos. Mas o mais fantástico é a comemoração das idéias de uma nova reforma da previdência e de regulamentação do direito de greve. Enquanto isso, a CUT perde seu pequeno espaço televisivo, que era o nosso programa Repercute.

Vivemos a seguinte situação: conversamos com os operários por alguns minutos através de um carro de som na entrada da fábrica e, ao chegar em casa, esses mesmos operários receberam uma enxurrada de informações mentirosas sobre direitos trabalhistas, previdência e baderneiros sindicalistas, via rede Globo. Nossa briga não é pequena.

O necessário exercício da luta unitária

O dia 23 terá um tom diferente das manifestações construídas nos últimos anos. Teremos a oportunidade de exercitar a luta unitária com outros setores da esquerda brasileira. Agrupamentos que estão em outros campos de alianças na luta pelo socialismo estarão conosco nas mobilizações em defesa dos direitos do povo. Será um momento importante para tirar a mira das metralhadoras da luta interna para girá-la para os nossos inimigos comuns.

Nossa prioridade é garantir a construção dentro do nosso campo político, com as entidades que constróem a CMS, como a UNE, o MST, a Marcha Mundial das Mulheres e muitos outros movimentos populares pelo Brasil afora. O desenvolvimento econômico só nos serve se for acompanhado por distribuição de renda e valorização do trabalho.

A CUT, enquanto central sindical, tem cumprido o seu papel em unificar as lutas específicas com as lutas gerais dos trabalhadores e do país. Ao pressionar o governo por mudança na política econômica, queremos ter mais condições de lutar por alterações reais na vida do povo. Com crescimento econômico, a classe trabalhadora terá mais condições de organizar-se e de lutar pela ampliação de direitos.

O movimento sindical cutista tem obrigação histórica de apresentar-se com toda a sua capacidade nas ruas neste dia. Suas tremulantes bandeiras vermelhas, sua militância aguerrida, seu desejo de construir uma sociedade igualitária deverão estar nas praças, ruas e avenidas de todos os cantos do país.

No dia 23 de maio vamos demonstrar para a direita brasileira, onde quer que ela esteja alojada, que os movimentos sociais deste não abrirão mão dos direitos que conquistamos com tanta luta. Como afirma, poeticamente, a canção, não para não, pra luta eu vou.

Rosane da Silva é Secretária de Política Sindical da CUT.

Compartilhe nas redes: